

REGULAMENTO DA MICROCREDENCIAÇÃO EMFISIOTERAPIA EM EMERGÊNCIAS HUMANITÁRIAS, DESASTRES E CATÁSTROFES DA ESTESC

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1.º

Enquadramento jurídico

Nos termos do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março e sucessivas alterações, e demais legislação aplicável, e no cumprimento do Regulamento de Cursos não Conferentes de Grau do Instituto Politécnico de Coimbra - Despacho n.º 5051/2017 de 26 de abril de 2017, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 109, de 06 de junho de 2017, é criado o curso de Microcredenciação em Fisioterapia em Emergências Humanitárias, Desastres e Catástrofes.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento aplica-se à Microcredenciação em Fisioterapia em Emergências Humanitárias, Desastres e Catástrofes, ministrada na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra do Instituto Politécnico de Coimbra (ESTeSC-IPC).

Artigo 3.º

Justificação

A integração da reabilitação nas respostas de emergência tem vindo a consolidar-se como uma prioridade internacional, impulsionada pelas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (WHO) e pelas experiências de equipas verificadas do sistema Emergency Medical Team (EMT). Os fisioterapeutas tornaram-se essenciais nas intervenções clínicas em desastres, conflitos e crises humanitárias, contribuindo para a redução de complicações, melhoria da funcionalidade e continuidade dos cuidados após a fase cirúrgica ou médica aguda. A criação da primeira Rehabilitation Specialist Cell, verificada pela WHO, demonstrou que a presença estruturada de fisioterapeutas aumenta a qualidade da resposta humanitária, melhora resultados clínicos e permite articular intervenções com equipas cirúrgicas, ortopédicas e de saúde mental. Este movimento internacional reforça a necessidade de formação específica que prepare futuros profissionais para contextos de elevada complexidade, imprevisibilidade e exigência técnica.

**CAPÍTULO II
ESTRUTURA E ACESSO**

Artigo 4.º

Estrutura do curso

- 1** - O curso contempla 4 ECTS e uma duração de 25 horas.
- 2** - Área científica predominante: Fisioterapia, com a classificação das áreas de educação e formação (CNAEF) 726 – Terapia e Reabilitação, de acordo com a Portaria n.º 256/2005 de 16 de março.
- 3** - O curso é composto por uma unidade curricular (UC), assente num modelo de formação com uma vertente teórico-prática.

Artigo 5.º

Organização e estrutura curricular

A estrutura curricular, plano de estudos e créditos ECTS da Microcredenciação são as constantes do Anexo I ao presente regulamento e que dele faz parte integrante.

Artigo 6.º

Acesso ao ciclo de estudos

Podem candidatar-se à presente microcredenciação os estudantes do 4º ano do curso de Licenciatura em Fisioterapia da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra (ESTeSC-IPC), bem como os detentores do grau de licenciado em Fisioterapia que sejam estudantes de curso de Mestrado ministrados pela ESTeSC-IPC.

Artigo 7.º

Creditação

Os procedimentos de creditação de competências enquadram-se no sistema europeu de acumulação e transferência de créditos e estabelecem-se nos termos da legislação e regulamentos em vigor, nomeadamente do Regulamento de Creditação do IPC.

Artigo 8.º

Limitações quantitativas

- 1** - O número de vagas, definição de contingentes e os prazos de candidatura para a matrícula e inscrição serão afixados anualmente pelo Presidente da ESTeSC, e divulgados em Edital.
- 2** - A Microcredenciação só entrará em funcionamento com um número mínimo de dez participantes.

Artigo 9.º

Calendário académico

O cronograma será aprovado pelo Presidente da ESTeSC, sob proposta da Coordenação do Curso.

**CAPÍTULO III
SELEÇÃO E SERIAÇÃO**

Artigo 10.º

Apresentação de candidaturas

As candidaturas são efetuadas conforme fixado em Edital.

Artigo 11.º

Seleção, classificação e seriação dos candidatos

- 1** - O Júri de seleção e seriação é nomeado pelo Conselho Técnico-Científico da ESTeSC.
- 2** - Compete ao Júri de seleção e seriação proceder à seleção, classificação e seriação de acordo com o ponto seguinte.
- 3** - Os candidatos que reúnam as condições expressas no artigo 6º são admitidos e a seriação será realizada através da data/hora da validação/pagamento da candidatura, sendo colocados os candidatos até ao número limite de vagas.

**CAPÍTULO IV
MATRÍCULA E INSCRIÇÃO**

Artigo 12.º

Matrículas e inscrições

- 1** - Os candidatos colocados devem proceder à matrícula e inscrição nos Serviços Académicos da ESTeSC, no prazo e condições fixados no Edital.
 - 2** - Em caso de desistência expressa da matrícula e inscrição, ou de não comparência para realização
- 4 de 10
Mod4_222_02

da mesma, a ESTeSC convoca, no prazo de 5 dias úteis após o termo do período de matrícula e inscrição, os candidatos constantes da lista seriada, pela ordem aí indicada.

- 3** - Os candidatos a que se refere o número anterior têm um prazo improrrogável de 3 dias úteis, após a receção da notificação, para procederem à matrícula e inscrição.
- 4** - A decisão de admissão apenas produz efeito para o ano letivo a que se refere o início do curso.

Artigo 13.º

Taxas de candidatura, de matrícula e de inscrição

- 1** - Pela inscrição no curso são devidas:
 - a) Uma taxa de candidatura;
 - b) Uma taxa de matrícula;
 - c) Propinas.
- 2** - O estudante pode desistir do curso em que se inscreveu em qualquer momento desde que a desistência seja feita em formulário próprio, enviado ao Presidente da ESTeSC.
- 3** - A desistência de estudos não desobriga o estudante do pagamento das prestações devidas a título de propina e de emolumentos, dos quais se constitui devedor no ato de inscrição.

CAPÍTULO V

GESTÃO DO CICLO DE ESTUDOS

Artigo 14.º

Coordenador do Curso

A coordenação do curso será assegurada por um coordenador do curso, nomeado pelo Presidente da ESTeSC, sob parecer do Conselho Técnico-Científico.

Artigo 15.º

Competências da Coordenação do Curso

Compete à coordenação do curso, sem prejuízo do n.º 2 do artigo 18.º deste regulamento:

- a) Despachar os assuntos correntes;
- b) Assegurar a gestão corrente do curso;
- c) Promover a coordenação entre unidades curriculares e outras atividades do curso;

- d) Acompanhar o desenvolvimento do curso e propor eventuais correções.

Artigo 16.º

Certificado

A aprovação em todas as unidades curriculares do curso de Microcredenciação em Fisioterapia em Emergências Humanitárias, Desastres e Catástrofes confere o direito a um certificado de conclusão com menção da classificação final obtida.

CAPÍTULO VI

NORMAS REGULAMENTARES

Artigo 17.º

Regimes de funcionamento e avaliação

- 1** - O funcionamento da Microcredenciação ocorre em regime pós-laboral.
- 2** - As aulas da Microcredenciação decorrerão em regime de *b-learning*.
- 3** - A frequência do curso é obrigatória, estando sujeita a um limite de faltas que não pode exceder 10% das horas definidas na unidade curricular. O estudante que ultrapasse o limite de faltas não poderá ser sujeito à avaliação da unidade curricular.
- 4** - A avaliação de conhecimentos na unidade curricular tem carácter individual e será efetuada de acordo com as regras comunicadas ao estudante, pelos docentes, na primeira aula da unidade curricular.
- 5** - Considera-se aprovado numa unidade curricular o estudante que, tendo sido admitido a avaliação, tenha obtido nota final igual ou superior a dez valores.
- 6** - A classificação final do curso de Microcredenciação em Fisioterapia em Emergências Humanitárias, Desastres e Catástrofes corresponde à média aritmética ponderada, calculada até às centésimas e arredondada às unidades (considerando-se como unidade a fração não inferior a 50 centésimas) das classificações obtidas nas UC que integram o respetivo plano de estudos.
- 7** - A não conclusão de unidade(s) curricular(es) confere um certificado curricular, discriminado, com a aprovação da(s) unidade(s) curricular(es) que o estudante frequentou e concluiu com sucesso.

Artigo 18.º

Acompanhamento pelos órgãos científico e pedagógico

1 - A direção, a coordenação e a avaliação da Microcredenciação são acompanhadas pelo Conselho Técnico-Científico e pelo Conselho Pedagógico da ESTeSC.

2 - Ao Conselho Técnico-Científico e ao Conselho Pedagógico da ESTeSC compete estabelecer as atribuições e competências do coordenador do curso.

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 19.º

Casos omissos

Os casos omissos no presente regulamento serão decididos pelo Presidente da ESTeSC, considerando a legislação aplicável e ouvida a Coordenação do Curso e outros órgãos competentes da ESTeSC, sempre que aplicável.

Artigo 20.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor na data de homologação pelo Presidente da ESTeSC.

Anexo I

Plano de estudos e conteúdos programáticos, com indicação da duração do curso, horas totais e horas de contacto, respetivos créditos ECTS e Áreas Científicas

Áreas Científicas: Fisioterapia (FISIO); Ciências Médicas e da Saúde (CMS).

Tabela 1 – Plano de estudos da Microcredenciação em Fisioterapia em Emergências Humanitárias, Desastres e Catástrofes

Unidades Curriculares	Horas Contacto	Horas trabalho totais	ECTS	Área Científica
Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa (SBV-DAE)	TP - 7	26,5	1	CMS
Fisioterapia em Pessoas com Amputação	TP - 8	26,5	1	FISIO
Perfil de competências específicas do fisioterapeuta em contextos de emergência e catástrofes	TP - 15	53	2	FISIO
Total	30	106	4	

Conteúdos programáticos

Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa (SBV-DAE)

Suporte Básico de Vida Adulto
Demonstração Algoritmo SBV
Desfibrilhação Automática Externa
Situações Especiais com o DAE
Demonstração Algoritmo SBV-DAE
Casos de SBV-DAE – Sucesso Imediato
Casos de SBV-DAE – Choque não Recomendado
Casos de SBV-DAE – Insucesso
Casos de SBV-DAE – Sucesso Tardio
Avaliação

Fisioterapia em Pessoas com Amputação

Causas das amputações
Níveis de amputações - Membros superiores e inferiores
Procedimentos cirúrgicos
Gestão da dor fantasma e sensação de membro fantasma

8 de 10

Mod4_222_02

Modelo C.16_2.0

SISTEMA INTERNO DE GARANTIA DA QUALIDADE

Aspetos psicológicos da amputação
Avaliação subjetiva da pessoa com amputação
Avaliação objetiva da pessoa com amputação
Testes funcionais e instrumentos de avaliação - biomecânica funcional dos membros superior e inferior e marcha
Dispositivos de marcha/ortopróteses
Tipos de próteses - endoesqueléticas, exoesqueléticas e biónicas
Tipos de mão - mioelétricas, eletrónicas e biónicas
Tipos de anca
Tipos de joelhos - monocêntricos, policêntricos, eletrónicos e biónicos
Tipos de pés
Próteses cosméticas membro superior e inferior
Casos práticos

Perfil de competências específicas do fisioterapeuta em contextos de emergência e catástrofes

Coordenação, princípios humanitários, ética e segurança
Princípios humanitários (Humanity, Neutrality, Impartiality, Independence)
Estruturas internacionais: WHO Emergency Medical Teams, ICRC, ONGs
Organização e papel da reabilitação nas equipas de emergência
Ética clínica e conduta segura em contextos de risco

Perfil de competências específicas do fisioterapeuta em cenários de emergência humanitária, desastres e catástrofes
Tipos de Emergency Medical Teams (EMT) e níveis de capacidade (EMT-1, EMT-2, EMT-3)
Integração do fisioterapeuta nas EMT: funções essenciais, coordenação interprofissional e reabilitação precoce em EMT

Simulações e cenários integrados
Cenários de atuação: triagem funcional, mobilização, encaminhamento, intervenção inicial

Ficha Técnica

Título

REG4_02.81 – REGULAMENTO DA MICROCREDENCIAÇÃO EM FISIOTERAPIA EM EMERGÊNCIAS HUMANITÁRIAS, DESASTRES E CATÁSTROFES DA ESTeSC

Emissor

Unidade Científico-Pedagógica de Fisioterapia – ESTESC

Versão 00

Aprovado por

Conselho Técnico-Científico

Data de Aprovação

17.dezembro de 2025

Homologado por

Presidente da ESTeSC

Data da Homologação

janeiro.2026

©2020, POLITÉCNICO DE COIMBRA



www.ipc.pt

www.estesc.ipc.pt

<https://sigq.ipc.pt>

qualidade@ipc.pt

10 de 10

Mod4_222_02

Modelo C.16_2.0

SISTEMA INTERNO DE GARANTIA DA QUALIDADE



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
NextGenerationEU